



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2013



## ÍNDICE

<b>Nota de Abertura</b> .....	4
<b>Órgãos Sociais</b> .....	5
<b>Associados</b> .....	6
Associados Municipais .....	6
Associados Não Municipais.....	7
<b>Estrutura Organizativa</b> .....	8
<b>Recursos Humanos</b> .....	9
Quadro de Pessoal .....	9
Recurso à Subcontratação.....	9
<b>Relatório de Atividades</b> .....	10
Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto .....	11
Atividades para Municípios Associados .....	12
Elena Facility.....	13
Pacto de Autarcas.....	14
Mi Ciudad AC2 .....	15
Participação Atividades RNAE .....	16
Civitas .....	17
Eco-Escolas.....	18
Prestação de Serviços de Consultoria .....	19
Informação e Comunicação.....	20
Monitorização Residencial – Projeto GALP Energia .....	21
Atividade Prospetiva .....	22
Atividades Não Previstas em Plano de Atividades .....	23
Atividades Previstas mas Não Concretizadas.....	23
<b>Análise da situação económica e financeira</b> .....	24
Execução Orçamental.....	24

Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício .....	25
Evolução Previsível da Atividade.....	25
<b>Proposta de Aplicação de Resultados.....</b>	<b>26</b>
<b>Contas .....</b>	<b>27</b>
<b>Demonstrações Financeiras .....</b>	<b>28</b>
Balanço Individual em 31 de dezembro de 2013.....	28
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2013 .....	29
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2013.....	30
Anexo às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2013.....	31
<b>Aprovação .....</b>	<b>59</b>

## NOTA DE ABERTURA

No ano de 2013 concluíram-se um conjunto de processos estruturais para a implementação das políticas de sustentabilidade energética no território de intervenção da agência. Nomeadamente concluíram-se as matrizes energéticas desagregadas, por concelho, assim como a matriz agregada do território, e iniciou-se o processo de desenvolvimento de segunda fase do observatório energético, ao mesmo tempo que se iniciaram os trabalhos de conceção dos planos de ação para a sustentabilidade energética.

Complementarmente, foram desenvolvidos um conjunto de projetos adicionais a pedido dos municípios, ou sob proposta da *Energaia*, projetos esses geradores de valor assinalável.

O presente estado de desenvolvimento do conhecimento interno da *Energaia*, nas suas áreas de competência, a par do desenvolvimento de plataformas de suporte à decisão que não existiam anteriormente, permitem posicionar a *Energaia* de forma estratégica para fazer face aos desafios futuros que se colocarão aos municípios.

Em particular, espera-se que o futuro Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 tenha como uma das linhas estratégicas fundamentais a da sustentabilidade na utilização dos recursos, o que representará por sua vez uma linha de suporte importante às atividades da *Energaia*.

Desta forma, e considerando igualmente o facto de a *Energaia* ter recentemente aprovado o seu primeiro Plano de Atividades e Orçamento de cariz plurianual, sustentando assim as suas prioridades estratégicas para o período 2014-2017, estão estabelecidas as bases para uma estabilidade governativa com resultados importantes para os seus associados neste período.

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Assembleia Geral

---

Presidência da Mesa da Assembleia Geral

Município de Vila Nova de Gaia

1º Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Município de Oliveira de Azeméis

2º Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Município de São João da Madeira

Vogais

Município de Espinho

Município de Santa Maria da Feira

Município de Vale de Cambra

ADENE - Agência para a Energia

AdDP - Águas do Douro e Paiva

EDP Distribuição

EDP Gás Distribuição

FEUP - Faculdade de Engenharia da  
Universidade do Porto

GALP Energia

ISEP - Instituto Superior de Engenharia do Porto

Metro do Porto

SULDOURO

Universidade de Aveiro

### Conselho de Administração

---

Presidência do Conselho de Administração

Município de Vila Nova de Gaia

Vice-presidência do Conselho de Administração

Município de Santa Maria da Feira

Vogal do Conselho de Administração

Município de Espinho

Tesoureiro do Conselho de Administração

EDP Distribuição

Secretário do Conselho de Administração

ADENE – Agência para a Energia

### Conselho Fiscal

---

Município de Vale de Cambra

GALP Energia

Metro do Porto

## ASSOCIADOS

### ASSOCIADOS MUNICIPAIS



Município de Espinho



Município de Oliveira de Azeméis



Município de Santa Maria da Feira



Município de São João da Madeira



Município de Vale de Cambra



Município de Vila Nova de Gaia

ASSOCIADOS NÃO MUNICIPAIS



ADENE  
Agência para a Energia



AdDP  
Águas do Douro e Paiva



EDP Distribuição



EDP Gás Distribuição



FEUP  
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto



GALP Energia



ISEP  
Instituto de Engenharia da Universidade do Porto



Metro do Porto

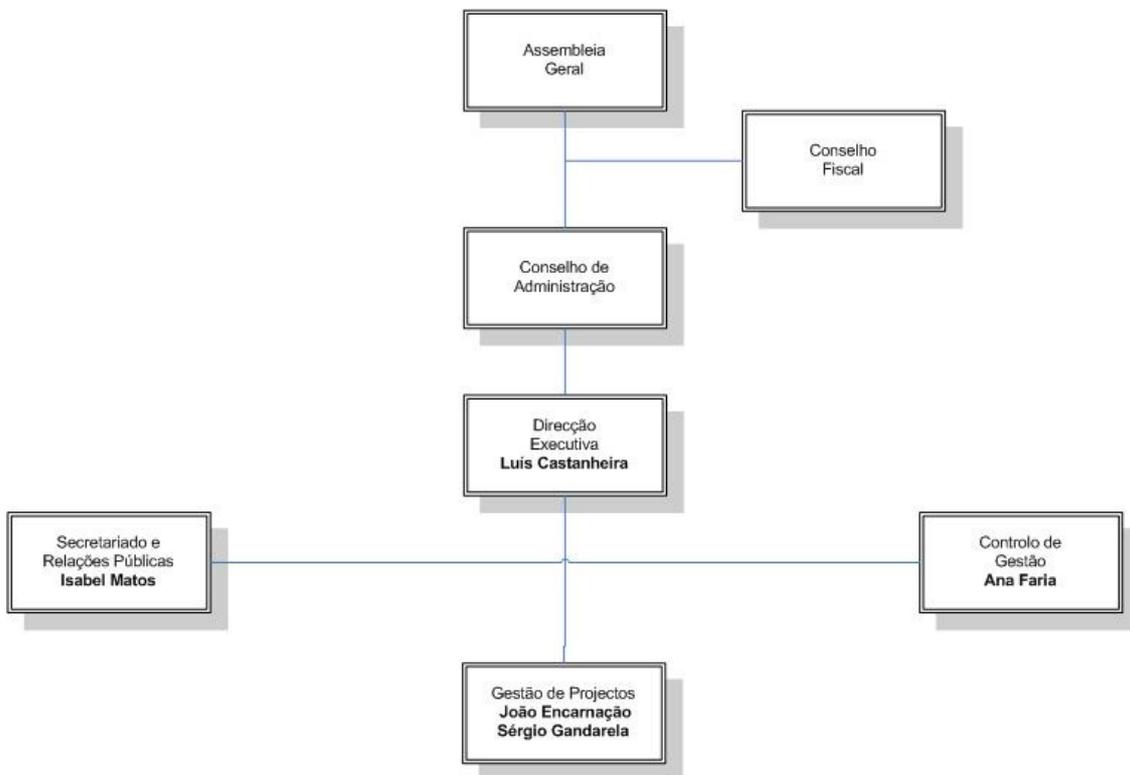


Suldouro  
Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos



Universidade de Aveiro

## ESTRUTURA ORGANIZATIVA



## RECURSOS HUMANOS

### QUADRO DE PESSOAL

No final de 2013, a Energaia tinha ao seu serviço 5 colaboradores, assim distribuídos:

<i>Função</i>	<i>Número</i>
Administrador Delegado	1
Secretariado e Relações Públicas	1
Gestores de Projetos	2
Controlo de Gestão	1
<b>Total</b>	<b>5</b>

### RECURSO À SUBCONTRATAÇÃO

A equipa da Energaia caracteriza-se pelo elevado grau de qualificação e o reconhecimento de diversas valências técnicas, que lhe permite atuar sem qualquer limitação nas áreas em que intervém. No entanto, como forma de evitar o crescimento insustentável da equipa, e aquando de solicitações específicas que o justifiquem, a Energaia recorre à subcontratação de empresas especializadas que atuam sob a coordenação e supervisão da sua equipa técnica.

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

## 2013

A *Energaia* – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, na prossecução da sua missão, desenvolveu durante a ano de 2013 as seguintes atividades:

## AGÊNCIA DE ENERGIA DO SUL DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

No âmbito do processo de alargamento da sua abrangência territorial aos Municípios a Sul do Douro pertencentes à Área Metropolitana do Porto, a *Energaia*, durante 2013, desenvolveu diversas tarefas, nomeadamente o folheto de apresentação da matriz energética por município. A Matriz Energética de um Município é uma ferramenta indispensável ao planeamento energético e ambiental, na qual é disponibilizada informação correta e atualizada sobre a forma como se consome energia, nos seus diversos vetores e setores de utilização, permitindo determinar áreas preferenciais de atuação onde as possíveis poupanças possam ser maximizadas em função dos recursos despendidos nas mesmas.

Durante o ano de 2013, a *Energaia* desenvolveu ainda a 1ª fase de desenvolvimento do Observatório de Sustentabilidade, existindo nesta plataforma informação diversa sobre as instalações dos associados municipais.

Ainda em 2013 foi iniciado o ciclo de reuniões técnicas, ação centrada nos associados municipais cujo objetivo é o de promover ações de sensibilização de atores chave numa vertente mais técnica e de motivação para quadros técnicos.

Conforme previsto no plano de atividades, em 2013, foram iniciados os trabalhos de desenvolvimento dos Planos de Ação de carácter municipal, que irão convergir nas suas ações com os objetivos do Plano de Ação para a Promoção da Energia Sustentável no Norte de Portugal e com a Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020).

A organização das medidas dos Planos de Ação tem em conta um conjunto de passos metodológicos orientados por critérios de eficiência energética e aferidos pelo seu potencial contributo para a redução das emissões de CO<sub>2</sub> a nível municipal.

## ATIVIDADES PARA MUNICÍPIOS ASSOCIADOS

A evolução do processo de transição para mercado liberalizado, que resultará na extinção das tarifas reguladas de gás natural e eletricidade, levou a que a *Energaia* continuasse a dar apoio aos Municípios associados na elaboração e melhoria dos cadernos de encargos para contratação de fornecedores de eletricidade e gás natural em mercado de regime de preços livres.

A *Energaia* em colaboração com a *Grundfos* promoveu um diagnóstico energético aos sistemas de bombagem em instalações dos Municípios de Espinho, Vila Nova de Gaia, Vale de Cambra, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira, com o objetivo de encontrar oportunidades de melhoria da eficiência energética. Os diagnósticos foram realizados em dezembro de 2013, assim como um Seminário sobre Eficiência Energética em Sistemas de Bombagem, onde foram debatidos vários temas associados à eficiência energética destes sistemas e sobre a temática do tratamento de água.

No decorrer de 2013, o Município de Vila Nova de Gaia promoveu a contratação da *Energaia* para o desenvolvimento da “Revisão/atualização do projeto de execução para a instalação de reguladores de fluxo” em diversas instalações de Iluminação Pública do Município. Este projeto de execução está enquadrado com a candidatura a financiamento ao Programa Operacional Regional do Norte (ON2), aviso E-IRFL/1/2009, promovida pela *Energaia* em 2009.

## ELENA FACILITY

Em 2013 a *Energaia* iniciou um estudo de viabilidade de implementação de sistemas solares fotovoltaicos nas instalações do Município de Vila Nova de Gaia, tendo como objetivo, a identificação dos edifícios com condições estruturais e tecnicamente favoráveis à produção de energia elétrica de origem solar fotovoltaica.

O estudo visa igualmente que as instalações possuam viabilidade financeira e como tal encontram-se em estudo as possibilidades de produção em regime de microprodução, miniprodução e em autoconsumo.

## PACTO DE AUTARCAS

As alterações climáticas têm vindo a ser identificadas como uma das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas que o planeta e a humanidade enfrentam na atualidade. O aumento da concentração de gases com efeito de estufa tem sido apontado como um dos motivos para as alterações climáticas pelo que, a redução de emissões é considerada a primeira linha de combate a esta ameaça, com o objetivo de redução do risco inerente às suas consequências. Contudo, a problemática das emissões de CO<sub>2</sub> é ampla e complexa, exigindo a integração das diferentes ações, globais e locais, individuais e coletivas.

Consciente do seu papel fundamental na redução das emissões de gases de efeito de estufa, o Município de Vila Nova de Gaia foi a 2ª cidade signatária a aderir ao Pacto de Autarcas, em abril de 2009. O Pacto de Autarcas é uma iniciativa voluntária da Comissão Europeia, na qual é estabelecido pelas cidades aderentes um compromisso formal, em superar os objetivos definidos pela UE para 2020, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa em, pelo menos 20%, como resultado da aplicação de um plano de ação em matéria de energia sustentável.

A definição das medidas e respetivo Plano de Ação necessário à concretização dos objetivos do referido pacto esteve a cargo da *Energaia*, cujos trabalhos tiveram início em 2009 com a definição do Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética. Este mesmo plano foi aprovado em Assembleia Municipal de 19 de outubro de 2011. Já em 2012, o Plano foi aprovado pelo organismo gestor do Pacto de Autarcas a nível europeu.

Durante 2013, a *Energaia* desenvolveu a metodologia de monitorização e acompanhamento da implementação das medidas identificadas no referido Plano de Ação de Vila Nova de Gaia. Ainda em 2013, a *Energaia* iniciou o desenvolvimento do 1º Relatório de Avaliação, a enviar à Comissão Europeia.

Dentro daqueles que são os objetivos estratégicos da agência e capitalizando no capital de conhecimento e de projetos já desenvolvidos pela mesma, este será um trabalho numa sequência lógica, mas que representa um compromisso conjunto de toda a comunidade de Vila Nova de Gaia.

## MI CIUDAD AC2

Com a aprovação em finais de 2010 do projeto Mi Ciudad AC2, a *Energaia* juntou mais um projeto de âmbito europeu, na área das alterações climáticas, à sua já larga experiência nesta área de participação em projetos de cariz internacional.

O Mi Ciudad AC2 é um projeto cofinanciado pelo Programa Interreg IVB SUDOE cujo objetivo é fortalecer o papel dos Municípios na adaptação e mitigação dos efeitos das alterações climáticas, através do desenvolvimento e implementação de políticas integradoras e inovadoras de planeamento urbano. O projeto será implementado em parceria com mais três Municípios: Málaga, Toulouse e Burgos.

O projeto abrange quatro grandes áreas temáticas: Planeamento Urbanístico e Gestão da Mobilidade, Planeamento de Zonas Verdes, Poupança e Eficiência Energética e Cidadania Participativa, cabendo à *Energaia* a responsabilidade de liderar a vertente de Poupança e Eficiência Energética.

O projeto Mi Ciudad AC2 teve a sua conclusão no primeiro trimestre de 2013, com a apresentação do “Guia Metodológico para o Planeamento Urbano para a Adaptação às Alterações Climáticas”. Este guia que é o culminar de todas as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto, foi apresentado na Conferência de encerramento realizado em Málaga e ainda num evento de conclusão do projeto promovido pela *Energaia*, realizado em Vila Nova de Gaia.

## PARTICIPAÇÃO ATIVIDADES RNAE

A RNAE é uma rede de cooperação nacional constituída por agências de energia e de ambiente de âmbito municipal e regional, cujo objetivo é partilhar informação e experiências, bem como fomentar as parcerias entre agências.

A *Energaia* enquanto Membro da Direção e associada da RNAE – Associação das Agências de Energia e Ambiente, ao longo de 2013 participou nas reuniões de direção, tendo promovido os melhores interesses quer da RNAE, quer dos associados desta.

Com esta participação, a *Energaia* contribuiu e beneficiou da troca de informação e de experiências sobre atividades desenvolvidas pelas agências de energia tendo como objetivo a promoção de resultados obtidos de reconhecido impacto nacional.

## CIVITAS

A iniciativa CIVITAS, lançada pela Comissão Europeia no ano 2000, apoia cidades europeias que estejam empenhadas em introduzir e testar medidas inovadoras para melhorar os transportes urbanos e a mobilidade, com o objetivo de reduzir as emissões poluentes.

De forma a atingir estes objetivos, as cidades implementam um conjunto de medidas, na área dos transportes suaves, veículos e combustíveis “limpos”, gestão da mobilidade e novas estratégias de mobilidade sustentável.

Reconhecendo a importância do setor dos transportes e da sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, a *Energaia*, durante 2013, procurou promover uma participação mais ativa no FORUM CIVITAS. Contudo não foi possível desenvolver qualquer ação dada a dificuldade de enquadrar os associados da *Energaia* nas ações da rede estabelecida.

## ECO-ESCOLAS

Por mais um ano consecutivo, o Eco-Escolas, programa europeu promovido em Portugal pela ABAE – Associação da Bandeira Azul da Europa, consta do referencial de projetos da *Energaia*, atestando assim a sua disponibilidade para cumprir o compromisso assumido na prestação de apoio técnico às escolas dos municípios associados da agência aderentes ao programa.

A cada ano é mais notório o interesse por este programa uma vez que envolve um segmento da população que se mostra cada vez mais preocupada e interessada pelas temáticas das boas práticas ambientais e desenvolvimento sustentável.

A colaboração da *Energaia* neste programa de âmbito europeu prende-se sobretudo com a participação ativa em Conselhos Eco-Escolas, acompanhamento de projetos de área-escola e realização de palestras e sessões de esclarecimento que são deveras úteis para as atividades desenvolvidas.

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

No início do ano de 2013, a *Energaia* finalizou uma auditoria energética à estação de tratamento de água dos Ribeiros para a Águas de S. João, E.E. S.A., onde foi possível identificar oportunidades de implementação de medidas de racionalização de consumos de energia elétrica com um potencial de poupança anual na ordem dos 75.680,08 €, resultando numa redução dos consumos de 276 786 kWh/ano e redução de emissões de 130,09 tonCO<sub>2</sub>e/ano. Entre as medidas executadas, encontra-se a implementação de um sistema de monitorização de consumos de energia, a melhoria da eficiência dos sistemas eletromecânicos de bombagem, compensação do fator de potência e outras medidas de gestão de energia.

No seguimento do Aviso POVT-65-2013-69, a *Energaia* auxiliou os Municípios interessados na apresentação de uma candidatura à operação “Energia Renováveis e Eficiência Energética Iluminação Pública”, uma operação que visava a implementação de medidas de eficiência energética na rede de iluminação pública, através da aposta em tecnologias que permitissem uma boa relação custo-eficácia e conduzissem à redução significativa da fatura energética. A operação enquadrava-se no domínio de intervenção “Energias Renováveis e Eficiência Energética ” do Eixo Prioritário II – Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos – POVT /Programa Operacional Temático VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO 2007/2013.

No final de 2013, a *Energaia* deu apoio na reformulação das candidaturas apresentadas em 2010 ao Aviso do ON2 no domínio da Energia - E – EEA / 2/ 2010 - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético Ambiental em Equipamentos Desportivos Municipais, nomeadamente pavilhões e piscinas, que visavam a implementação de medidas de isolamento e inércia térmicos para redução das necessidades energéticas de aquecimento/ arrefecimento, iluminação elétrica, sistemas de monitorização de consumos e gestão de energia, promoção da gestão eficiente da água, instalação de sistemas de recuperação de energia térmica assim como soluções tecnológicas de aproveitamento de radiação solar, passivas e ativas.

Conforme previsto no contrato de prestação de serviços junto das Águas de Gaia, em 2013 foi desenvolvido o relatório de execução e Progresso Biénio 2011-2012 da instalação ETAR Gaia Litoral.

## INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

No âmbito corporativo, uma política de comunicação eficaz tem uma importância fundamental para a projeção pública, coesão, qualidade e competitividade. Assim, a *Energaia* adequou a sua estratégia de comunicação e promoção às necessidades específicas da sociedade e seus interlocutores, de forma a divulgar, informar, promover a participação e sensibilizar para as atividades e acontecimentos relevantes da agência.

No ano de 2013, a *Energaia* manteve a sua presença nas redes sociais, realizou diversos Workshops/ Fóruns subordinados a temas relevantes à sua área de atuação, bem como recorreu à utilização do e-mail, notas informativas e comunicados de imprensa. Desta forma, foi possível promover uma maior e melhor interação com as entidades e indivíduos com quem a *Energaia* se relaciona, potenciando a imagem e reconhecimento de uma organização com mais de uma década de existência.

É ainda importante salientar que este processo comunicacional não se encontra finalizado, encontrando-se em constante atualização e desenvolvimento, considerando a evolução tecnológica verificada, bem como o facto de ser uma ferramenta estratégica de gestão para o sucesso da agência.

## MONITORIZAÇÃO RESIDENCIAL – PROJETO GALP ENERGIA

Durante o ano de 2013 procedeu-se à instalação do projeto piloto de monitorização de consumo de recursos no setor residencial, que permite a monitorização em tempo real dos consumos de energia elétrica, gás e água, em seis habitações unifamiliares.

Os resultados preliminares deste projeto demonstram já, ainda que de forma empírica nesta fase, o potencial de redução de consumos de recursos que este setor encerra.

Por outro lado, e sendo objetivo específico do projeto, a *Energaia* está a trabalhar na quantificação deste potencial e na identificação das medidas específicas que permitem corporizar o mesmo, para posteriormente se avaliar o potencial global do território, através de uma análise extrapolativa, que possa sustentar a possível implementação em larga escala do projeto.

## ATIVIDADE PROSPETIVA

A aquisição e desenvolvimento de novas competências e conhecimento nos domínios da Energia e Ambiente têm sido uma constante na estratégia da *Energaia*. Desta forma, a agência tem orientado a sua estratégia no sentido de intervir e cooperar em projetos com impacto vocacionados para o desenvolvimento e competitividade territorial. Estrategicamente, a *Energaia* sempre estudou novas oportunidades de parceria e cooperação com outras entidades públicas e privadas bem como formas alternativas de financiamento, nomeadamente, projetos que contemplem candidaturas a fundos comunitários.

Consciente do desafio acrescido resultante do alargamento da sua abrangência territorial, a *Energaia*, durante o ano de 2013, promoveu a candidatura para financiamento de um conjunto de projetos ao Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC). Este tem como objetivo prioritário, apoiar financeiramente iniciativas que promovam a eficiência e redução do consumo de eletricidade nos diferentes segmentos de consumidores. Os resultados das candidaturas esperam-se para o primeiro trimestre de 2014.

Tendo a Comissão Europeia reestruturado as linhas de financiamento para o período 2014-2020 e lançado o Programa Quadro HORIZONTE 2020, a *Energaia* promoveu diversas ações como a participação em eventos de divulgação ou a análise de avisos para formalização de candidaturas.

Em termos de financiamento, e à semelhança do que tem vindo a ser feito, procurar-se-á enquadrar projetos em linhas de financiamento do HORIZONTE 2020, pilar fundamental para a estratégia de crescimento económico e criação de emprego na Europa, bem como através de outros mecanismos e programas de financiamento que possam surgir.

## ATIVIDADES NÃO PREVISTAS EM PLANO DE ATIVIDADES

Ao longo do presente Relatório de Atividades foram descritas algumas atividades que não estavam previstas em sede de Plano de Atividades para 2013, passando-se a listar as mesmas:

- Colaboração com a Grundfos para a promoção de diagnóstico energético aos sistemas de bombagem em instalações dos Municípios de Espinho, Vila Nova de Gaia, Vale de Cambra, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira.
- Contratação da *Energaia* para o desenvolvimento da “Revisão/atualização do projeto de execução para a instalação de reguladores de fluxo” em diversas instalações de Iluminação Pública do Município de Vila Nova de Gaia.
- Estudo de viabilidade de implementação de sistemas solares fotovoltaicos nas instalações do Município de Vila Nova de Gaia.
- Desenvolvimento da metodologia de monitorização e acompanhamento da implementação das medidas identificadas no referido Plano de Ação de Vila Nova de Gaia e desenvolvimento do 1º Relatório de Avaliação, a enviar à Comissão Europeia.
- Desenvolvimento de auditoria energética à estação de tratamento de água dos Ribeiros para a Águas de S. João, E.E. S.A.,
- Auxílio aos Municípios interessados na apresentação de uma candidatura à operação “Energia Renováveis e Eficiência Energética Iluminação Pública”, Aviso POVT-65-2013-69.
- Apoio na reformulação das candidaturas apresentadas em 2010 ao Aviso do ON2 no domínio da Energia - E – EEA / 2/ 2010 - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energética Ambiental em Equipamentos Desportivos Municipais, nomeadamente pavilhões e piscinas.

## ATIVIDADES PREVISTAS MAS NÃO CONCRETIZADAS

No Plano de Atividades e Orçamento para 2013 foi proposta a promoção da adesão dos Municípios Associados (exceto Vila Nova de Gaia e Vale de Cambra) à iniciativa Pacto de Autarcas. Dado que, para a eficaz promoção da adesão, é essencial a existência de um Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética, plano iniciado no decorrer de 2013 no âmbito da candidatura de alargamento da agência, a atividade não foi realizada. Contudo prevê-se que a mesma seja concretizada em 2014.

## ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Mapa de Financiamento	Orçamento	Contas	Varição
Unidades de Participação	5.000 €	0 €	0%
Quotas	51.870 €	51.520 €	99%
Prestação de serviços	15.000 €	20.430 €	136%
Equilíbrio Conta Exploração	89.893 €	0 €	N/A
Projetos co-financiados	114.583 €	89.394 €	78%

Mapa de Custos	Orçamento	Contas	Varição
Custos com pessoal	158.982 €	146.521 €	92%
Fornecimento de Serviços Externos			
Comunicações	4.560 €	5.843 €	128%
Honorários	5.214 €	1.276 €	24%
Trabalhos especializados	54.771 €	12.180 €	22%
Publicidade e propaganda	0 €	25.266 €	N/A
Subcontratações	0 €	3.635 €	N/A
Aquisição de equipamentos	0 €	0 €	N/A
Deslocações e estadias	7.950 €	6.452 €	81%
Custos de funcionamento			
Material de escritório	3.000 €	3.006 €	100%
Combustíveis	7.380 €	5.365 €	73%
Despesas de representação	1.500 €	923 €	62%
Rendas e alugueres	21.839 €	24.295 €	111%
Outros	11.150 €	3.991 €	36%

O ano de 2013 caracterizou-se por ser um ano em que atividades desenvolvidas se focaram no desenvolvimento das atividades no âmbito do projeto de alargamento da agência a seis municípios.

Do lado da receita é de salientar que não se verificou a entrada de novos associados.

Em termos de prestações de serviços, a variação tem por base a prestação de serviços adicionais aos municípios no âmbito das suas atividades.

Do lado da despesa, em termos de despesas com o pessoal, não se verificaram variações a registar já que não se verificou qualquer nova admissão ou alteração contratual.

Relativamente à variação dos Fornecimentos dos Serviços Externos, a mesma justifica-se pelo desvio verificado na implementação das atividades de alargamento da nova agência, desvio esse que será recuperado em 2014.

Durante o exercício de 2013, de acordo com aprovação em sede de Assembleia Geral, iniciou-se o processo de regularização dos saldos em dívida do Programa Operacional e para os parceiros do projeto Gaia Global com base no facto de o Programa Operacional se encontrar encerrado e como tal se mostrar impossível recuperar os valores pendentes. Esta regularização é visível nas contas de débitos de terceiros e a terceiros de curto prazo.

#### FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos após o termo do exercício que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

#### EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

É previsível que a estrutura de atividades para 2014 venha na sequência lógica das atividades desenvolvidas desde 2011, com enfoque na realização e implementação dos planos de ação para a sustentabilidade dos municípios. Por outro lado, é expectável a captação de verbas adicionais decorrentes da subcontratação da *Energaia* para prestação de serviços especializados, assim como da participação em projetos cofinanciados.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados líquidos do exercício foram negativos de €14.634,29€ (catorze mil seiscentos e trinta e quatro euros e vinte e nove cêntimos), os quais se propõe sejam levados à conta de resultados transitados.

Vila Nova de Gaia, 26 de março de 2014

### O Conselho de Administração

---

Presidente do Conselho de Administração  
Joaquim Borges Gouveia – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

---

Vice-Presidente do Conselho de Administração  
Vítor Marques – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

---

Vogal do Conselho de Administração  
Vicente Pinto – Câmara Municipal de Espinho

---

Tesoureiro do Conselho de Administração  
António Santos Ferreira – EDP Distribuição

---

Secretário do Conselho de Administração  
Luís Silva – ADENE – Agência para a Energia

# CONTAS

# 2013

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/13	31/dez/12
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	1.268,43	1.379,29
Ativos intangíveis	6		
		1.268,43	1.379,29
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	11.2	28.848,50	30.190,09
Adiantamentos a fornecedores			1.519,20
Estado e outros entes públicos			
Associados	11.1	4.570,58	29.114,74
Outras contas a receber	8/11.3	155.111,23	674.610,07
Diferimentos	15.1	273,21	214,90
Caixa e depósitos bancários	11.4	15.155,44	108.994,84
		203.958,96	844.643,84
<b>Total do ativo</b>		205.227,39	846.023,13
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	11.5	181.540,00	168.340,00
Reservas	11.5	875.752,32	875.752,32
Resultados transitados	11.5	-964.773,09	-894.572,26
Resultado líquido do período		-14.634,29	-70.200,83
<b>Total do fundo de capital</b>		77.884,94	79.319,23
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.6	46.497,95	115.916,06
Adiantamentos de clientes			4.423,42
Estado e outros entes públicos	15.2	9.197,60	
Financiamentos obtidos	11.8	736,40	359,69
Diferimentos	8/15.1	44.249,40	134.372,22
Outras contas a pagar	11.7	26.661,10	511.632,51
		127.342,45	766.703,90
<b>Total do passivo</b>		127.342,45	766.703,90
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		205.227,39	846.023,13

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	7/11.1	71.949,85	67.006,45
Subsídios, doações e legados à exploração	8	89.394,45	139.291,50
Fornecimentos e serviços externos	15.3	-92.231,06	-131.322,60
Gastos com o pessoal	10	-146.520,65	-145.300,90
Outros rendimentos e ganhos	15.4	67.636,98	12.348,96
Outros gastos e perdas	15.5	-2.484,11	-10.349,99
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-12.254,54	-68.326,58
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	-988,01	-1.810,98
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-13.242,55	-70.137,56
Juros e gastos similares suportados	12	-1.391,74	
Resultado antes de impostos		-14.634,29	-70.137,56
Imposto sobre o rendimento do período	9	0,00	-63,27
Resultado líquido do período		-14.634,29	-70.200,83

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
<b><u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u></b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		100.367,81	101.690,62
Pagamentos a Fornecedores		-169.453,70	-163.765,59
Pagamentos ao Pessoal		-146.440,05	-142.872,94
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-215.525,94</b>	<b>-204.947,91</b>
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		-63,27	-975,07
Outros recebimentos/pagamentos		110.463,84	200.625,41
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>-105.125,37</b>	<b>-5.297,57</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		899,00	79,99
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-899,00</b>	<b>-79,99</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos		376,71	
Realização de fundos		13.200,00	104.900,00
Pagamentos respeitantes a :			
Juros e gastos similares		1.391,74	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>12.184,97</b>	<b>104.900,00</b>
<b>Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)</b>		<b>-93.839,40</b>	<b>99.522,44</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio e de justo valor</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>11.4</b>	<b>108.994,84</b>	<b>9.472,40</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>11.4</b>	<b>15.155,44</b>	<b>108.994,84</b>

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

### Valores em euros

#### 1. Identificação da entidade

##### Identificação da entidade:

*Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto*

##### Sede:

Avenida Manuel Violas, n.º 476 - 23  
4410-136 São Félix da Marinha

##### Natureza da actividade:

A *Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto* é uma pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com área de intervenção ao nível do Sul da Área Metropolitana do Porto, focalizada na criação e dinamização de ações nas áreas da energia e informação.

A *Energaia* surgiu no seguimento da aprovação de uma candidatura submetida à CCDR-N no âmbito do concurso para a Promoção e Desenvolvimento da Rede Territorial de Agências de Energia, vindo desta forma dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela *Energaia* como Agência Municipal de Energia de Gaia constituída em 1999.

Em 1999, a *Energaia* foi criada por iniciativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, ao abrigo de um contrato com o Programa SAVE II da Comissão Europeia, que apoiava a criação e o funcionamento deste tipo de organizações durante três anos. No âmbito desse acordo, a *Energaia* teve como parceiros de contrato as Agências de Vercelli (Itália) e Valência (Espanha).

Durante a primeira década de existência, a ENERGAIA focou a sua atividade no Município de Gaia, tendo contribuído para o seu desenvolvimento sustentável através de projetos e políticas na área da Utilização Racional de Energia e Sustentabilidade.

Com o alargamento territorial a seis Municípios: Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Espinho, São João da Madeira e Vale de Cambra, a *Energaia* enfrenta um novo desafio,

o de contribuir para a sustentabilidade e competitividade dos territórios, aumentando assim a qualidade de vida dos seus cidadãos.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com a normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, há recurso, supletivamente e pela ordem indicada, ao SNC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e demais legislação complementar; às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

### *Derrogação das disposições da NCRF-ESNL*

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

### *Comparabilidade das demonstrações financeiras*

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

## **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1. Bases de apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

#### *Continuidade*

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### *Regime do Acréscimo (periodização económica)*

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos”.

#### *Consistência de Apresentação*

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### *Materialidade e Agregação*

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão

influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### *Compensação*

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### *Informação Comparativa*

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

### **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### *Ativos fixos tangíveis*

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

#### *Ativos intangíveis*

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

#### *Locações*

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

#### *Instrumentos financeiros*

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - o Alterações no risco segurado;
  - o Alterações na taxa de câmbio;
  - o Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - o Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - ☐ Alterações no preço do bem locado;
    - ☐ Alterações na taxa de câmbio
    - ☐ Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

i) Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros, que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

ii) Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem, de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente; no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

iii) Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros, cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato, a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontram em

imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

iv) Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

v) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

vi) Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar à liquidação, cancelamento ou expiração.

*Custos de empréstimos obtidos*

Os custos de empréstimos obtidos incluem os juros e os encargos financeiros dos descobertos bancários e dos empréstimos obtidos a curto prazo. Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efetiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

### *Fundos Patrimoniais*

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### *Provisões, Ativos e Passivos Contingentes*

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### *Estado e outros entes públicos*

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

A matéria coletável das pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial, ou agrícola é determinada nos termos dos artigos 53º e 54º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

À matéria coletável determinada, é aplicada a taxa de 21,5% nos termos do n.º 5 do art.º 87, acrescendo ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### *Rédito*

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

### *Subsídios*

Os “subsídios à exploração” são reconhecidos na demonstração de resultados quando ocorrem os correspondentes gastos e quando existem garantias seguras do seu recebimento.

### *Julgamentos e estimativas*

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes.

### *Benefícios dos empregados*

Os benefícios de curto prazo a empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

## **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## **5. Ativos fixos tangíveis**

### *Outros ativos fixos tangíveis*

Os “ativos fixos tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, as quais se situam nos intervalos definidos no Decreto - Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro, o qual estabelece as taxas de depreciação aceites para efeitos fiscais.

As taxas atualmente aplicadas aos “ativos fixos tangíveis” refletem a vida útil esperada dos bens, segundo a seguinte tabela:

Período de vida útil esperada dos bens	Número de anos
Equipamento básico	5 a 15
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

Existem, para além das vidas úteis mencionadas, bens depreciados a 100%, de acordo com o Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos no valor dos “ativos fixos tangíveis”, bem como nas respetivas depreciações foram os seguintes:

Rubricas	Equipamento		Outros ativos fixos tangíveis	Total
	Básico	Administrativo		
Quantia escriturada bruta inicial:				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.675.311,32	99.007,38	1.849,80	2.776.168,50
Adições		78,19		78,19
Regularizações		-12.388,30		-12.388,30
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>2.675.311,32</b>	<b>86.697,27</b>	<b>1.849,80</b>	<b>2.763.858,39</b>
Depreciações acumuladas:				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.675.311,32	95.895,30	1.849,80	2.773.056,42
Depreciações do exercício		1.531,75		1.531,75
Regularizações		-12.109,07		-12.109,07
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>2.675.311,32</b>	<b>85.317,98</b>	<b>1.849,80</b>	<b>2.762.479,10</b>
<b>Valor líquido</b>		<b>1.379,29</b>		<b>1.379,29</b>

Rubricas	Equipamento		Outros ativos fixos tangíveis	Total
	Básico	Administrativo		
Quantia escriturada bruta inicial:				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.675.311,32	86.697,27	1.849,80	2.763.858,39
Adições		877,15		877,15
Transferências				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>2.675.311,32</b>	<b>87.574,42</b>	<b>1.849,80</b>	<b>2.764.735,54</b>
Depreciações acumuladas:				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.675.311,32	85.317,98	1.849,80	2.762.479,10
Depreciações do exercício		988,01		988,01
Transferências				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>2.675.311,32</b>	<b>86.305,99</b>	<b>1.849,80</b>	<b>2.763.467,11</b>
<b>Valor líquido</b>		<b>1.268,43</b>		<b>1.268,43</b>

A gestão dos ativos afetos ao projeto Gaia Global foi transferida para a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, ao abrigo do acordo de cessão de exploração celebrado entre esta Câmara e a *Energia* em 24 de outubro de 2007.

## 6. Ativos intangíveis

### *Outros ativos intangíveis*

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2012 e de 2013, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Outros ativos intangíveis Programas de computador	Total
Quantia escriturada bruta inicial:		
Saldo em 31 de dezembro de 2011		
Adições		
Transferências	12.388,30	12.388,30
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>12.388,30</b>	<b>12.388,30</b>
Depreciações acumuladas:		
Saldo em 31 de dezembro de 2011		
Depreciações do exercício	279,23	279,23
Transferências	12.109,07	12.109,07
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>12.388,30</b>	<b>12.388,30</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Rubricas	Outros ativos intangíveis Programas de computador	Total
Quantia escriturada bruta inicial:		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	12.388,30	12.388,30
Adições		
Transferências		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>12.388,30</b>	<b>12.388,30</b>
Depreciações acumuladas:		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	12.388,30	12.388,30
Depreciações do exercício		
Transferências		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>12.388,30</b>	<b>12.388,30</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

Para os períodos de 2013 e 2012 foram reconhecidos os seguintes réditos:

<b>Rubricas</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Prestação de serviços		
Quotizações e joias	51.519,85	50.974,33
Outras prestações de serviços	20.430,00	16.032,12
Juros		
Dividendos		
<b>Totais</b>	<b>71.949,85</b>	<b>67.006,45</b>

## 8. Subsídios e outros apoios

Os “subsídios à exploração” são reconhecidos na demonstração de resultados quando ocorrem os correspondentes gastos e quando existem garantias seguras do seu recebimento.

Os subsídios obtidos são de “outras entidades”, no âmbito do FEDER, conforme se apresenta:

Descrição	Natureza	31.12.2013			31.12.2012		
		Capitais próprios	Ativo	Demonstração dos resultados	Capitais próprios	Ativo	Demonstração dos resultados
Mi Ciudad AC2	Não reembolsável		49.490,63	13.209,73		77.425,00	26.447,82
Nova Agência	Não reembolsável		102.754,63	76.184,72		184.879,42	112.843,68
<b>Total</b>			<b>152.245,26</b>	<b>89.394,45</b>		<b>262.304,42</b>	<b>139.291,50</b>
<b>Subsídio ao investimento</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>
<b>Subsídio à exploração</b>		<b>0,00</b>	<b>152.245,26</b>	<b>89.394,45</b>	<b>0,00</b>	<b>262.304,42</b>	<b>139.291,50</b>

Em diferimentos, no passivo, está registada a quantia de 44.249,40€ (2012: 134.372,22€) referente ao subsídio do Alargamento da Agência, cujo reconhecimento do rendimento ocorrerá nos exercícios futuros, com a efetivação dos correspondentes gastos.

## 9. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base na matéria coletável que se obtém pela dedução ao rendimento global dos montantes correspondentes aos custos comuns e outros custos imputáveis aos rendimentos sujeitos a imposto e não isentos e dos benefícios fiscais que consistam em deduções àquele rendimento.

De referir que são englobados na matéria coletável os rendimentos de capitais, prediais e as mais-valias, assim como outro tipo de rendimentos não específicos. A taxa de impostos sobre lucros é de 21,5%.

Descrição	2013	2012
Tributação Autónoma		63,27
<b>Total</b>		<b>63,27</b>

## 10. Benefícios dos empregados

Os “outros gastos com o pessoal” englobam, nomeadamente, gastos com formação profissional, no valor de 886,96 € (2012: 475,00 €).

O número médio de colaboradores ativos no corrente exercício foi de 5 (2012: 5). Em 31 de dezembro de 2013 o número de colaboradores era de 5 (2012: 5).

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Rubricas	2013	2012
Remunerações do pessoal	119.290,33	119.692,16
Encargos sobre remunerações	24.907,79	24.384,04
Seguros de acid. no trab. e doenças prof.	1.275,87	484,29
Outros gastos com o pessoal	1.046,66	740,41
<b>Total</b>	<b>146.520,65</b>	<b>145.300,90</b>

## 11. Instrumentos financeiros

### 11.1. Associados

O património associativo nominal da *Energia* é constituído por cento e cinquenta mil unidades de participação, correspondendo a cada unidade de participação o valor de 1,00 €. Os associados são municípios e associados não municipais, sendo que, segundo os estatutos da entidade, os municípios associados possuem uma percentagem do património associativo nominal equivalente a oitenta por cento das unidades de participação.

Em 2012, foram criados novos estatutos da entidade, tendo sido iniciado, nesse exercício, o processo de subscrição do património associativo, que visa ficar representado conforme se segue:

Associados	Unidades de Participação	%
Município de Vila Nova de Gaia	55.200,00	36,80%
Município de Santa Maria da Feira	30.000,00	20,00%
Município de Oliveira de Azeméis	13.200,00	8,80%
Município de São João da Madeira	7.200,00	4,80%
Município de Vale de Cambra	7.200,00	4,80%
Município de Espinho	7.200,00	4,80%
Associados não municipais	30.000,00	20,00%
<b>Total</b>	<b>150.000,00</b>	<b>100,00%</b>

Em 31 de dezembro de 2013, o fundo previsto nos estatutos inerente aos associados municipais encontra-se totalmente subscrito. Relativamente à quota-parte do fundo dos associados não municipais, está por subscrever a quantia de 2.500,00€ que representa 1,67% do fundo total.

Do fundo subscrito pelos associados, apenas se encontra realizado, a 31 de dezembro de 2013, o montante de 137.800,00€ (31.12.2012: 124.600,00€), ficando da seguinte forma:

Fundos	€
<b>Saldo em 31.12.2012</b>	<b>124.600,00</b>
Aumentos no exercício	13.200,00
<b>Saldo em 31.12.2013</b>	<b>137.800,00</b>

Assim, dos fundos subscritos, encontra-se por realizar o montante de 9.700,00 €, conforme divulgado no quadro seguinte, que sintetiza os saldos pendentes com os associados.

*Quantias de saldos pendentes*

Associados Municipais	Total a receber					
	2013			2012		
	Unidades de Participação	Outros	Total	Unidades de Participação	Outros	Total
Município de Vila Nova de Gaia				19.088,16	19.088,16	
Município de Vale de Cambra	7.200,00	3.737,25	10.937,25	7.200,00	5.028,75	12.228,75
Município de Oliveira de Azeméis				13.200,00	3.300,00	16.500,00
<b>Associados Não Municipais</b>						
STCP, S.A.	2.500,00	833,33	3.333,33	2.500,00	833,33	3.333,33
Metro da Área Metropolitana do Porto, S.A.					864,50	864,50
<b>Totais</b>	<b>9.700,00</b>	<b>4.570,58</b>	<b>14.270,58</b>	<b>22.900,00</b>	<b>29.114,74</b>	<b>52.014,74</b>

As transações com os associados constam do quadro seguinte:

*Transações*

Associados	2013			2012		
	Subscrição Unidades de Participação	Quotizações	Prestação de Serviços	Subscrição Unidades de Participação	Quotizações	Prestação de Serviços
<b>Associados Municipais</b>						
Município de Vila Nova de Gaia		19.613,08	17.850,00		19.088,16	
Município de Santa Maria da Feira		10.659,29			10.374,00	
Município de Oliveira de Azeméis		4.690,09			4.564,56	
Município de São João da Madeira		2.558,23			2.489,76	
Município de Vale de Cambra		2.558,23			2.489,76	
Município de Espinho		2.558,23			2.489,76	
<b>Associados Não Municipais</b>						
EDP Distribuição, S.A.		888,27			864,50	
Suldouro, S.A.		888,27	80,00		864,50	
STCP, S.A.						
Águas do Douro e Paiva		888,27			864,50	
Metro do Porto, S.A.		888,27			864,50	
ADENE - Agência para a Energia		888,27			864,50	
GALP Energia, S.A.		888,27			864,50	
Instituto Superior de Engenharia do Porto		888,27			864,50	
EDP Gás, S.A.		888,27			864,50	
Universidade de Aveiro		888,27			864,50	
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto		888,27		2.500,00	1697,83	
<b>Total</b>		<b>51.519,85</b>	<b>17.930,00</b>	<b>2.500,00</b>	<b>50.974,33</b>	

## 11.2. Clientes e Utentes

Conforme já foi mencionado na nota 3 deste anexo, as dívidas de clientes são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o valor recuperável.

Para os períodos de 2013 e 2012 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

<b>Clientes</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Águas e DO Douro e Paiva	888,27	
Adene-Agência para a Energia	888,27	
Gaianima, EEM		24.040,09
Gaiurb, E.E.M.		6.150,00
Município de Vila Nova de Gaia	21.955,50	
Município de Vale de Cambra	2.558,23	
Município de S. João da Madeira	2.558,23	
EDV Energia		9.468,77
Perdas por imparidade acumuladas (EDV Energia)		-9.468,77
<b>Total</b>	<b>28.848,50</b>	<b>30.190,09</b>

### 11.3. Outras contas a receber

Tal como as dívidas de clientes, as “Outras contas a receber” são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o valor recuperável.

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a seguinte decomposição:

<b>Outras contas a receber</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Fornecedores c/c		0,64
Programa Operacional Sociedade do Conhecimento		412.141,01
FEDER	152.245,26	262.304,42
Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos		
Outros devedores	2.865,97	164,00
<b>Total</b>	<b>155.111,23</b>	<b>674.610,07</b>

### 11.4. Caixa e depósitos bancários

Não existem, à data do balanço, saldos não disponíveis para uso. O “Caixa e depósitos bancários” englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários”, a 31 de dezembro de 2013 e 2012, encontrava-se com os seguintes saldo:

<b>Caixa e depósitos bancários</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
<b>Caixa</b>		
Numerário	465,55	436,87
<b>Depósitos bancários</b>		
Depósitos à ordem	14.689,89	108.557,97
<b>Caixa e depósitos bancários</b>	<b>15.155,44</b>	<b>108.994,84</b>

Está registada no balanço, em “Financiamentos obtidos”, no “Passivo”, a quantia de 736,40€ (2012: 359,69€) referente ao valor em dívida do cartão de crédito da entidade.

### 11.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações em 2013 e 2012:

<b>Descrição</b>	<b>Saldo em 01.01.2013</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Saldo em 31.12.2013</b>
Fundos	168.340,00	13.200,00		181.540,00
Reservas	875.752,32			875.752,32
Resultados transitados	-	-70.200,83		-
	894.572,26			964.773,09
<b>Total:</b>	<b>149.520,06</b>	<b>-57.000,83</b>		<b>92.519,23</b>

<b>Descrição</b>	<b>Saldo em 01.01.2012</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Saldo em 31.12.2012</b>
Fundos	63.440,00	104.900,00		168.340,00
Reservas	875.752,32			875.752,32
Resultados transitados	-		65.073,59	-
	829.498,67			894.572,26
<b>Total:</b>	<b>109.693,65</b>	<b>104.900,00</b>	<b>65.073,59</b>	<b>149.520,06</b>

### 11.6. Fornecedores

As dívidas a Fornecedores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

<b>Fornecedores</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
IRRADIARE, Lda.		48.585,00
GAIURB, E.E.M.		11.070,00
TERRASYSTEMICS, Lda.		31.448,29
FACTOR SOCIAL, Lda.	17.113,64	17.113,64
EASY ART COMMUNICATION	16.723,08	
ENERGIE CITES	3.750,00	3.750,00
BIO RUMO	8.154,90	
Outros	756,33	3.949,13
<b>Total</b>	<b>46.497,95</b>	<b>115.916,06</b>

### 11.7. Outras contas a pagar

Tal como as dívidas a Fornecedores, as “Outras contas a pagar”, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

<b>Outras contas a pagar</b>				<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Programa</b>	<b>Operacional</b>	<b>Sociedade</b>	<b>do</b>	<b>Conhecimento</b>	
<b>(Parceiros)</b>					
Cfocus					139.840,06
Quatro					99.331,73
PH Informática					18.262,68
InfoPortugal					30.097,42
Vector 21					59.460,10
Inova +					97.124,48
IPortalMais					34.777,31
<b>Subtotal</b>					<b>478.893,78</b>
<b>Outros</b>					

Credores por acréscimos de gastos	23.271,48	21.059,92
Outros credores	3.556,72	11.678,81
<b>Subtotal</b>	<b>26.661,10</b>	<b>32.738,73</b>
<b>Total</b>	<b>26.661,10</b>	<b>511.632,51</b>

A conta de “Credores por acréscimos de gastos” contempla a quantia de 19.714,76 € (2012: 19.634,16 €) relativa a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsídio de férias) em 2013 e a liquidar em 2014, e ainda a afetação de gastos ao exercício para os quais os respetivos documentos de suporte são de 2014, no valor de 3.556,72 € (2012: 1.425,76 €).

### 11.8. Financiamentos obtidos

Os empréstimos estão registados no passivo ao custo, deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar à liquidação, cancelamento ou expiração.

Os empréstimos e descobertos bancários, correntes e não correntes, decompunham-se, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, da seguinte forma:

Financiamentos Obtidos	2013			2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários						
Descobertos bancários	736,40		736,40	359,69		359,69
Locações financeiras						
Desconto de letras						
Suprimentos						
Factoring						
<b>Total</b>	<b>736,40</b>		<b>736,40</b>	<b>359,69</b>		<b>359,69</b>

Como já referido anteriormente, o saldo pendente nesta rubrica, tanto em 2013 como em 2012, diz respeito à utilização do cartão de crédito.

## 12. Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos incluem os juros de descobertos bancários e de empréstimos obtidos a curto prazo bem como os correspondentes encargos financeiros.

São calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efetiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Os juros e os outros gastos com financiamentos foram os seguintes:

Rubricas	2013	2012
Empréstimos bancários	1.391,74	
Desconto letras		
Leasings		
Aluguer Operacional		
Suprimentos		
Factoring		
Outros		
<b>Total</b>	<b>1.391,74</b>	<b>0,00</b>

## 13. Locações operacionais

O contrato de aluguer da viatura ao serviço da empresa reveste a natureza de locação operacional, visto que não é transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. Os custos deste aluguer ascenderam a 16.636,37 € em 2013, e 12.965,21 € em 2012.

Descrição do acordo de locação existente em 31/12/13 e 31/12/12:

Nº Contrato	Locadora	Data Início	Data Fim	Bem Locado	Valor do contrato	Valor	Opção de Compra
6041/2	Leaseplan	6-11-2009	Sem termo	Viatura 08-IR-03	1.037,66€		N

#### 14. Divulgações e exigidas por diplomas legais

Em cumprimento do artigo 210.º do Código Contributivo, informa-se que as Contribuições do mês de outubro de 2013, no valor de 2.824,99 €, foram pagas atempadamente embora com menção a um número de identificação fiscal errado. Esta situação encontra-se em fase de regularização.

Nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei 534/80, de 7/11, informa-se que não existem dívidas vencidas para com o Estado.

Não existem dívidas vencidas para com os trabalhadores.

#### 15. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

##### 15.1. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

<b>Diferimentos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Gastos a reconhecer		
FSE	273,21	214,90
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração	44.249,40	134.272,22

### 15.2. Estado e outros entes públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

	2013		2012	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC				63,27
Impostos s/ rendimento - IRS		1.890,00		1.747,00
Imposto s/ valor acrescentado - IVA		1.665,09	1.519,20	
Contribuições p/ segurança social		5.642,51		2.613,15
		<b>9,197,60</b>	<b>1.519,20</b>	<b>4.423,42</b>

### 15.3. Fornecimentos e serviços externos

A *Energaia* caracteriza-se pelo elevado grau de qualificação e o reconhecimento de diversas valências técnicas que lhe permite atuar sem qualquer limitação nas áreas em que intervém. No entanto, e como forma de evitar o crescimento inadequado da equipa, a Energaia recorre à subcontratação de empresas especializadas que atuam sob a coordenação e supervisão da sua equipa técnica.

Entre os gastos com “Trabalhos especializados” destacam-se os serviços de contabilidade, no valor de 6.840,57€, de revisão de contas, no valor de 3.617,55 € (referente aos períodos de 2012 e 2013).

A rubrica “Rendas e alugueres” é composta por:

- Renting: 16.636,37€ (2012: 12.965.21€) (viaturas)
- Aluguer: 7.658,52€ (2012: 7.729,78€) (instalações da sede da agência)

Desta forma, a repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foi a seguinte:

<b>Rubricas</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Subcontratos	3.634,80	12.612,99
Trabalhos especializados	12.180,26	61935,85
Publicidade e propaganda	25.266,35	419,60
Honorários	1.275,88	6.578,37
Material de escritório	3.006,04	1.017,42
Combustíveis	5.364,93	6.466,73
Deslocações, estadas e transportes	6.451,70	7.561,56
Rendas e alugueres	24.294,89	20.694,99
Comunicação	5.842,63	3.059,07
Despesas de representação	923,08	3.544,49
Outros	3.990,50	7.431,53
<b>Total FSE</b>	<b>92.231,06</b>	<b>131.322,60</b>

#### 15.4. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Rendimentos suplementares		2.350,00
Correções relativas a exercícios anteriores	884,21	84,89
Juros de mora		9.914,07
Outros	66.752,77	0,00
<b>Total</b>	<b>67.636,98</b>	<b>12.348,96</b>

A rubrica “Outros” é referente à compensação dos saldos da conta POSI-Programa Operacional Sociedade do Conhecimento e Parceiros.

#### 15.5. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

<b>Outros gastos e perdas</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Dívidas incobráveis	2.185,09	
Correções relativas a exercícios anteriores		898,50
Quotizações	220,00	3.950,00
Regularizações por pro-rata		5.064,45
Outros	79,02	437,04
<b>Total</b>	<b>2.484,11</b>	<b>10.349,99</b>

## **16. Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 26 de março de 2014. As mesmas poderão ser alteradas aquando da assembleia de aprovação de contas.

Entre a data do balanço e a data da autorização para a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

## **APROVAÇÃO**

Vila Nova de Gaia, 26 de março de 2014

### **O Técnico Oficial de Contas**

---

Luís Cardoso

### **O Conselho de Administração**

---

Presidente do Conselho de Administração  
Joaquim Borges Gouveia – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

---

Vice-Presidente do Conselho de Administração  
Vítor Marques – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

---

Vogal do Conselho de Administração  
Vicente Pinto – Câmara Municipal de Espinho

---

Tesoureiro do Conselho de Administração  
António Santos Ferreira – EDP Distribuição

---

Secretário do Conselho de Administração  
Luís Silva – ADENE – Agência para a Energia